



CONGRESSO NACIONAL

MPV 673
EMENDA
00021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 673, de 2015.			
autor Dep. Pauderney Avelino			Nº do prontuário	
1 Supressiva 2. Substitutiva 3. (X) Modificativa 4. (X) Aditiva 5. Substitutiva global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
Acrescente-se o art. 302-A à Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997: Art. 302-A. Praticar homicídio na direção de veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool, substância de efeitos análogos ou qualquer substância psicoativa que determine dependência. Penas – reclusão, de seis a vinte anos, e a proibição para dirigir veículo automotor. Parágrafo único. Aumenta-se a pena de dois terços à metade, se ocorrer qualquer das hipóteses dos incisos do parágrafo único do art. 302.				
Acrescente-se o art. 303-A à Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997: Art. 303-A. Praticar lesão corporal na direção de veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool, substância de efeitos análogos ou qualquer substância psicoativa que determine dependência. Penas – reclusão, de quatro a oito anos, e a proibição para dirigir veículo automotor. Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um a dois terços, se ocorrer qualquer das hipóteses dos incisos do parágrafo único do art. 302.				
Modifique-se o inciso I do art. 302 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1995, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art.302..... Parágrafo Único I - não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação ou, ainda, se suspenso o direito de dirigir.(N.R.)				
O caput art. 306 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool, substância de efeitos análogos ou qualquer substância psicoativa que determine dependência, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem:(N.R)				
JUSTIFICATIVA				
A presente emenda já tramita nessa Casa como Projeto de Lei, no entanto o Código de Trânsito Brasileiro desde a sua publicação sofreu inúmeras alterações, como a Lei 11.705 de 2008, popularmente conhecida como Lei Seca que alterou a caracterização das sanções administrativas e dos crimes na hipótese de condução de veículo automotor sob a influência de álcool. Com isso, o intuito da proposta é contribuir no agravamento das penas para quem dirigir sob a influência de álcool.				

CD/15170.30927-40

PARLAMENTAR